

Último dia do mais vazio recesso

Marcondes Sampaio

Hoje é o último dia do mais vazio recesso legislativo já visto pelo Congresso e, apesar da retomada amanhã dos trabalhos de plenário e nas comissões, a expectativa para agosto e setembro é de reduzido comparecimento, principalmente à Câmara, salvo algum período que as lideranças partidárias vierem a definir como de "esforço concentrado".

Durante todo o recesso não mais que 30 parlamentares estiveram no Congresso, alguns apenas durante poucas horas. As lideranças partidárias, inclusive as da oposição, mantiveram-se acéfalas, embora o líder do PSDB, Euclides Scalco, tenha conseguido se manter no noticiário com declarações transmitidas a partir do seu escritório em Curitiba.

A não ser por rápidas passagens por Brasília dos deputados Paulo Paim (RS) e Luis Gushiken, o PT manteve-se ausente, apesar de haver instalado, no dia 15, seu "governo paralelo". Embora com uma bancada mais numerosa, o PMDB e o PDT também se mantiveram distantes do Congresso, o

mesmo ocorrendo com os partidos de apoio ao Governo.

Mesmo em comparação com períodos eleitorais passados, em nenhum recesso a ausência dos parlamentares foi tão acentuada, até porque, em campanhas passadas, as lideranças partidárias estabeleceram esquemas de plantão e, além disso, muitos deputados vinham a Brasília durante o recesso para, aproveitando a menor concorrência no noticiário político, fazer declarações que não teriam maior repercussão se feitas nos seus Estados.

A fuga dos parlamentares ao debate político-institucional, neste recesso, pode ser em parte explicada pela ofensiva em que ainda se encontra o Governo, dominando a mídia, apesar de medidas desgastantes como a contenção dos salários e as demissões do funcionalismo. A causa principal, contudo, parece ser o fato de este ano a eleição parlamentar ser realizada mais cedo que nos pleitos anteriores.

Antes, a eleição para o Congresso se dava no dia 15 de novembro. Agora, no dia 3 de outubro. Antes, também, o esvaziamento do Legislativo já começava a ocorrer a

partir de maio, quando os parlamentares candidatos à reeleição intensificavam os contatos com a base. Este ano, os níveis de comprometimento em maio e junho foram normais porque os congressistas foram convocados a votar as muitas medidas provisórias enviadas ao Congresso pelo presidente Collor.

A essas explicações acrescente-se o fato de as últimas semanas terem sido fundamentais para os parlamentares-candidatos se posicionarem, junto aos diretórios regionais dos seus partidos, em relação à campanha.

Para evitar a repetição nos futuros recessos, da acefalia registrada este mês, as mesas do Senado e da Câmara deverão aprovar, ainda na primeira quinzena de agosto, projeto de decreto-legislativo regulando o parágrafo 4º do artigo 58 da Constituição, que dispõe: "Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária".